

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

ATIVO	2016	2015
CIRCULANTE	144.447	162.593
DISPONIBILIDADES - (4)	50.412	73.918
Bandes	50.412	73.918
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - (5)	63.065	61.715
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - (6)	4.010	-
PERMANENTE - (7)	26.960	-
Investimentos	26.960	-
OUTROS CRÉDITOS	-	26.960
TOTAL DO ATIVO	144.447	162.593

PASSIVO	2016	2015
PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (10)	144.447	162.593
Recursos do Governo Estadual	105.000	130.000
Resultados Acumulados	39.447	32.593
Resultados Acumulados	32.593	21.278
Lucro do Exercício	6.854	11.315
TOTAL DO PASSIVO	144.447	162.593

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	2016	2015
RECEITAS OPERACIONAIS	7.035	11.503
Remuneração s/ Disponibilidades (4)	5.984	10.526
Rendas de Títulos de Renda Fixa	30	-
Rendas de Operações/Repasse	1.021	977
DESPESAS OPERACIONAIS	(181)	(188)
Despesas de Publicação	(1)	(1)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(18)	(34)
Despesas de Taxa de Administração do Fundo	(162)	(153)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	6.854	11.315

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

MÉTODO DIRETO	2016	2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Remuneração do Disponível	5.984	10.526
Ordem Liberação Crédito	(5.149)	(1.277)
Repasse/Encargos Financeiros	840	888
Taxa de Administração do Banco Operador	(162)	(153)
Despesas Administrativas	(19)	(35)
Outros Créditos	-	-
Caixa Gerado nas Atividades Operacionais	1.494	9.949
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Redução de Recursos do Governo Estadual	(25.000)	(70.000)
Caixa Gerado nas Atividades de Financiamento (25.000)	(25.000)	(70.000)
Variações de Caixa e Equivalente de Caixa (+) SALDO INICIAL	(23.506)	(60.051)
	73.918	133.969
SALDO FINAL	50.412	73.918

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AROLDI NATAL SILVA FILHO
Diretor-Presidente

DENISE DE MOURA CADETE GAZZINELLI CRUZ
Diretora de Administração e Finanças

EVERALDO COLODETTI
Diretor de Crédito e Fomento

VALDIR DOS SANTOS
Contador CRC/ES 13.555/O-3

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercícios Sociais findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

1. Contexto Operacional

O FUNDEPAR-ES - Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo foi criado pela Lei Estadual n.º 9.905, de 11 de setembro de 2012. A Lei atribuiu ao Conselho Gestor do FUNDEPAR-ES a função precípua de disciplinar e administrar seus recursos e ao Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. - BANDES a função de agente financeiro do Fundo.

De acordo com a lei que o instituiu, integrarão o patrimônio do FUNDEPAR-ES: recursos orçamentários específicos, contribuição e doação de entidades públicas e privadas, repasses de instituições financeiras nacionais e internacionais, retorno proveniente das aplicações financeiras realizadas com recursos do FUNDEPAR-ES e outras fontes.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em conformidade com as

normas legais e regulamentares estabelecidas para o Fundo, bem como de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não sendo requerida a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado.

3. Principais Práticas Contábeis Adotadas

- O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.
- As receitas e as despesas são apropriadas diariamente, independentemente da apuração de resultado periódica.
- O exercício social tem a duração de um ano, com início em 1º de janeiro e encerramento em 31 de dezembro de cada ano.
- A moeda funcional utilizada pelo FUNDEPAR-ES é o Real, mesma moeda de apresentação destas demonstrações contábeis, nas quais os valores estão expressos em milhares de Reais.
- Estas Demonstrações Contábeis foram autorizadas para emissão em 21 de março de 2017 pela Administração (Fundamento: Regulamento do

FUNDEPAR-ES, Capítulo II, Artigo 4º, Inciso XI).

4. Disponibilidades no Banco Operador

O saldo de R\$ 50.412 (R\$ 73.918 em 2015) refere-se aos recursos disponíveis no Banco Operador, remunerados mediante a aplicação de taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança (art. 5º do Regulamento do FUNDEPAR-ES). No exercício social de 2016 o Fundo auferiu remuneração sobre os recursos disponíveis na ordem de R\$ 5.984 (R\$ 10.526 em 2015).

5. Operações de Crédito

a. Financiamentos

Representa as operações de créditos e liberações efetuadas pelo Fundo, remuneradas conforme quadro a seguir:

Remuneração	Quantidade de Operações		Saldo das Operações (R\$)		% de Representatividade	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
25% Selic	1	1	10.192	10.194	16	16
15% Selic	1	1	22.873	21.521	36	35
0% Selic	1	1	30.000	30.000	48	49
Total	3	3	63.065	61.715	100	100

As apropriações dos encargos mensais são contabilizadas a crédito de "Rendas de Operações de Créditos".

6. Títulos e Valores Mobiliários

Debêntures

A remuneração das debêntures é efetuada com base nos índices contratuais, apropriados mensalmente em base *pro-rata-die*, a crédito de contas de resultado, sob o título "Rendas de Títulos de Renda Fixa".

As debêntures conversíveis em ações serão convertidas em ações ordinárias e/ou preferenciais de acordo com critério definido pelo FUNDEPAR-ES até o prazo final de carência previsto nas escrituras de emissão de debêntures e deverá efetivar-se, integralmente, no prazo de até um ano a contar da deliberação do Conselho Gestor.

7. Permanente

O Decreto 3650-R de 28 de agosto de 2014 determinou a utilização de recursos FUNDEPAR-ES para desapropriações previstas pelos Decretos 1825-S de 26 de agosto de 2013 e Decreto 1690-S de 01 de agosto de 2014. Foi disponibilizado no exercício 2014 o valor de R\$ 26.960 ao Estado do Espírito Santo por meio de depósito judicial.

Os direitos decorrentes das ações de desapropriação serão integralizados no FUNDEPAR-ES que cederá ao Porto Central Complexo Industrial Portuário S/A os direitos sobre as glebas de terras em troca de debêntures conversíveis ou não em ações, na forma da lei.

8. Remuneração do Banco Operador

Em conformidade com o regulamento do FUNDEPAR-ES, a taxa de administração devida ao Banco Operador pelos serviços de administração e gestão do Fundo será de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao ano, incidente sobre o capital investido do fundo deduzido de eventual baixa contábil. O capital Investido é composto pelo valor total do patrimônio do fundo efetivamente destinado à aquisição de valores mobiliários das companhias beneficiárias e contratos de financiamento. Em 2016 os valores pagos ao Banco Operador atingiram o montante de R\$ 162 (R\$ 153 em 2015).

9. Relações com Banco Operador

Detalhamento das operações com o Banco Operador

	Ativos e (Passivos)		Receitas e (Despesas)	
	2016	2015	2016	2015
Disponibilidades no Banco Operador	50.412	73.918	-	-
Despesas de Administração	-	-	(162)	(153)
Rendas Sobre Disponibilidades de Recursos	-	-	5.984	10.526

10. Patrimônio Líquido

- O Patrimônio Líquido apurado em 31 de dezembro de 2016 é R\$ 144.447 (R\$ 162.593 em 2015).
- Recursos do Governo Estadual – Referem-se aos recursos orçamentários do Governo do Estado do Espírito Santo.
- Em 30 de outubro de 2012, por meio do Decreto nº 2096-S, foi aberto aos Encargos Gerais do Estado o Crédito Especial de R\$ 200.000, para a integralização dos recursos do Fundo. Na data de 20 de dezembro de 2012, na 1ª Reunião do Conselho Gestor do Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo – FUNDEPAR-ES foi autorizada a emissão de 200.000 mil cotas no valor unitário de R\$ 1,00 para subscrição e integralização pelo Governo Estadual. Em 26 de abril de 2013, com o crédito na conta-corrente bancária do FUNDEPAR-ES no valor de R\$ 200.000, decorrente da liquidação do Empenho da Administração da SEFAZ-ES em 25 de abril de 2013 conforme NL 12560/2013; foi efetivada a subscrição e integralização das cotas emitidas.
- Em 21 de dezembro de 2015 o Conselho Gestor do FUNDEPAR-ES aprova a utilização de recursos do Fundo para aumento de capital social do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo – BANDES S.A. no valor de R\$ 70.000, conforme Resolução FUNDEPAR-ES nº 19/2015.
- Em 20 de dezembro de 2016 o Conselho Gestor do FUNDEPAR-ES aprova a utilização de recursos do Fundo para aumento de capital social do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo – BANDES S.A. no valor de R\$ 25.000, conforme Resolução FUNDEPAR-ES nº 19/2016.
- Resultados Acumulados de R\$ 32.593 refere-se aos resultados apurados nos exercícios anteriores.
- Lucro do Exercício de R\$ 6.854 (R\$ 11.315 em 2015) refere-se ao resultado apurado no exercício social corrente.

11. Política de Divulgação das Informações

As informações referentes ao FUNDEPAR-ES encontram-se disponíveis nos seguintes veículos de comunicação:

- Internet, através do site www.bandes.com.br;
- Telefonia, por intermédio do Sistema "Bandes atende", no tel.: 0800-2834202.

AROLDI NATAL SILVA FILHO
Diretor-Presidente

DENISE DE MOURA CADETE GAZZINELLI CRUZ
Diretora de Administração e Finanças

EVERALDO COLODETTI
Diretor de Crédito e Fomento

VALDIR DOS SANTOS
Contador CRC/ES 13.555/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores do FUNDEPAR-ES – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÕES DO ESPÍRITO SANTO
(Instituído pela Lei Estadual n.º 9.905/2012 e Operado pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. - BANDES).
Vitória - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do FUNDEPAR-ES – Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FUNDEPAR-ES – Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e

cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis do FUNDEPAR-ES – Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 24 de fevereiro de 2016 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma

perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2017.

MACIEL AUDITORES S/S
2CRC RS 5.460/O-0 – S - SP

ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO
1CRC RS – 65.932/O-7 – S - SP
Sócia Responsável Técnica